



**ST18. SOCIEDADE E CULTURA NAS PROVÍNCIAS DO NORTE
HISTORIOGRAFIA E HISTÓRIA SOBRE O OITOCENTOS**

1300

**UM ESTUDO PROSOPOGRÁFICO DA NOBILIARQUIA PARAIBANA NO
SEGUNDO REINADO (1840-1889)¹**

*Myraí Araújo Segal²
Serioja R. C. Mariano³*

Resumo: O presente trabalho é resultado parcial das pesquisas desenvolvidas no Projeto de Iniciação Científica (UFPB/PIBIC/CNPq) e tem como objetivo realizar um estudo prosopográfico de um grupo restrito da elite paraibana composto por cinco homens que receberam títulos nobiliárquicos no decorrer do Segundo Reinado (1840-1889), período de intensas mudanças no Brasil e que vai desde a ascensão de D. Pedro II ao trono imperial até o fim da monarquia. Tendo em vista o contexto mais amplo em que a província da Paraíba estava inserida, buscaremos compreender; através do conceito de Culturas Políticas; as estratégias utilizadas por esses sujeitos para a manutenção do status quo e a importância das redes de sociabilidade na ascensão social e política dos mesmos. Dentre as principais fontes utilizadas podemos destacar os Relatórios dos Presidentes de Província, o jornal “O Publicador” além de alguns inventários.

Palavras-chave: Segundo Reinado, Prosopografia, Culturas Políticas, Nobiliarquia Paraibana.

Procurou capacitar-se **de que ela** (sua mulher Estela) **com efeito herdara sangue nobre, e que ele, por sua vez, se não tivesse herdado, trouxera-o por natureza própria**, o que devia valer mais ainda; e **desde então principiou a sonhar com um baronato**, fazendo disso o objeto querido de sua existência [...]. Dado os primeiros passos para a compra do título, abriu a casa e deu

¹ O presente trabalho é resultado parcial das pesquisas desenvolvidas no Projeto de Iniciação Científica (UFPB/PIBIC/CNPq) “Culturas Políticas e Redes Familiares na Paraíba Oitocentista”, cujo plano de trabalho intitula-se “Entre Liberais e Conservadores: a Trajetória das Elites Políticas na Província da Paraíba (1840-1880)”, coordenado pela prof^a Serioja R. C. Mariano, e das discussões no grupo de pesquisa “Sociedade e Cultura no Nordeste Oitocentista”.

² Graduanda pela Universidade Federal da Paraíba e bolsista PIBIC/CNPq.

³ Prof.^a Dr.^a do Departamento/PPGH de História da UFPB e uma das coordenadoras do grupo de pesquisa “Sociedade e Cultura no Nordeste Oitocentista”.

festas (AZEVEDO, 2006 [1890], p. 30. Grifos nossos).

A epígrafe com a qual iniciamos este artigo, foi retirada do romance de Aluísio Azevedo “O Cortiço” (2006 [1890]) publicado, pela primeira vez, pouco tempo após a abolição da escravidão no Brasil (1888) e o fim do Império (1889). Ela refere-se ao personagem chamado Miranda, um português que possuía como meta ingressar na chamada “alta sociedade” do Rio de Janeiro e receber o almejado título de Barão. Se Dona Estela – proveniente de uma família rica – poderia ter herdado uma gota de “sangue nobre”, o mesmo não se aplicava ao seu cônjuge. Isto, no entanto, não impediu que o governo português concedesse à Miranda o título de Barão (AZEVEDO, 2006 [1890], p. 107).

A obra literária – que tem como contexto de produção as décadas finais do Império – se analisada com o devido cuidado, nos mostra alguns aspectos históricos relevantes e um deles, em especial, deve ser levado em consideração no nosso estudo. Apesar da distribuição de títulos no período ser prerrogativa do imperador, e não do governo português, o excerto nos mostra que a implantação da nobreza no Brasil se deu de forma diferenciada se levarmos em conta alguns países europeus como, por exemplo, a França. Uma das características singulares na formação da nobreza brasileira era a sua não hereditariedade (SCHWARCZ, 1998, p. 298), o que tornou possível que homens – e, em menor número, mulheres – sem vinculação com a nobreza (no sentido tradicional europeu) recebessem títulos nobiliárquicos e deles usufruir mediante pagamento.⁴ Apesar da maior frouxidão com que ocorria a distribuição de mercês no Brasil, elas não eram concedidas de maneira que pudessem alterar a estrutura desta sociedade escravista. O indivíduo deveria ter, portanto, certo reconhecimento social e poder aquisitivo para ter a possibilidade de gozar de tal prestígio.

De modo geral, os “contemplados” eram homens ligados a alguma atividade econômica produtiva e/ou parlamentares, militares e profissionais liberais (SCHWARCZ, 1998, p. 269). A instituição de uma nobreza serviu, inclusive, para conferir legitimidade à “monarquia tropical”, uma exceção nas Américas. Lilia Schwarcz, assim como José Murilo de Carvalho (2011 [1980]), destaca a grande quantidade de títulos – sobretudo, o de Barão – concedido por D. Pedro II, que ascendeu ao trono no início do recorte proposto (1840). Isso se deu principalmente nos anos finais do regime monárquico, ou seja, em um momento de instabilidade - aproximação iminente do fim da escravidão etc.- e de visível enfraquecimento do poder imperial.

Tendo em vista esses aspectos mais gerais, o presente trabalho tem como principal objetivo realizar um estudo prosopográfico de um grupo bastante restrito da elite paraibana composto por cinco homens que receberam títulos nobiliárquicos no decorrer do Segundo Reinado (1840-1889). São eles: Flávio Clementino da Silva Freire (Barão de Mamanguape), José Teixeira de Vasconcelos (Barão de Maraú), Estevam José da Rocha (Barão de Araruna), Silvino Elvídio Carneiro da Cunha (Barão de Abiaí) e Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque (Visconde de Cavalcanti). Buscaremos compreender

⁴ Os títulos nobiliárquicos ao qual nos referimos são os de Duque, Marquês, Conde, Visconde e Barão.

– através do conceito de Culturas Políticas⁵ – as estratégias utilizadas por esses sujeitos para a manutenção do *status quo* bem como a importância das redes de sociabilidade na ascensão social e política dos mesmos.

Ao longo do texto procuramos também identificar outros aspectos relevantes para se compreender a atuação e o comportamento das elites,⁶ como: a formação educacional e a filiação partidária. Dentre as principais fontes primárias utilizadas podemos destacar os Relatórios dos Presidentes de Província e alguns inventários além de uma bibliografia que inclui, dentre outros, diversos artigos publicados nas revistas do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP).⁷ Antes, no entanto, de analisar tais questões é necessário dizer que adotamos a definição de biografia coletiva/método prosopográfico elaborada por Lawrence Stone, que a descreve como a “[...] investigação das características comuns de um grupo de atores na história por meio de um estudo coletivo de suas vidas” (STONE, 2011, p. 115).⁸ Mas, afinal, como se deu a “construção” da nobiliarquia paraibana?

Na Paraíba os primeiros títulos de Barão, tendo em vista o recorte temporal adotado neste trabalho, foram concedidos após a vinda do Imperador D. Pedro II (MELO, 1984, p. 94), que chegou à Cidade da Paraíba em dezembro de 1859.⁹ Nesta época a capital, assim como muitas outras, “era um aglomerado urbano acanhado; pequeno e pobre [...]” e com um número de habitantes que girava em torno de 25 mil (ALMEIDA, 1982, p. 39). A chegada do monarca e da Imperatriz Teresa Cristina gerou muito entusiasmo entre a população. Recepções, festejos e compra de mobílias novas para o Palácio do Governo, local em que o D. Pedro II e sua esposa se hospedaram, foram algumas das medidas tomadas para receber de forma adequada os visitantes da realeza. Ambrósio Leitão (então presidente da província da Paraíba) nos conta um pouco sobre os primeiros momentos que se seguiram após a chegada do monarca e de Teresa Cristina:

Tendo chegado o SS. MM. II. ao porto desta cidade, como disse, as 3 horas da tarde de dezembro ultimo, desembarcarão as 4 e meia horas, e **depois da cerimonia religiosa do Osculo de Crucifixo, e de**

⁵ O conceito de culturas políticas é por nos entendido, tendo em vista o diálogo estabelecido entre a História Política renovada e a História Cultural, como um conjunto de representações políticas e de práticas empreendidas por determinados grupos, historicamente situados, que incidem não apenas no campo político, mas também na esfera cultural da sociedade. São comportamentos partilhados e construídos ao longo de um processo de média e/ou longa duração e, portanto, sujeito à mudanças. (BERSTEIN, 1998; MARTINS, 2007a; MOTTA, 2009)

⁶ No presente trabalho utilizamos o termo elite em um sentido bastante amplo, “de forma a abarcar aqueles indivíduos que se encontram no topo da hierarquia social” (MARTINS, 2007a, p. 431).

⁷ É válido ressaltar que o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP), criado em 1905, tinha como principal objetivo construir a História e a identidade paraibana, ou “paraibanidade” (DIAS, 1996; MARIANO, 2013). Era uma História dos membros da elite da qual procuramos nos diferenciar. No entanto, o diálogo com a historiografia tradicional foi extremamente relevante para a elaboração deste trabalho.

⁸ Para maiores informações sobre as possibilidades e os cuidados referentes ao uso da prosopografia consultar o livro organizado por Flávio Heinz (2006).

⁹ Não sabemos ao certo quantos paraibanos receberam títulos nobiliárquicos. A historiadora Lilia Schwarcz afirma que apenas no ano de 1869 havia sete titulares na província da Paraíba (1998, p. 270). Já Marcus Odilon Ribeiro Coutinho assegura que os únicos titulares foram os cinco homens por nós estudados (2000, p. 129).

receberem as felicitações da câmara municipal da capital, que teve a honra de apresentar à S. M. o Imperador a chave da cidade, seguirão para SS. MM. para a matriz, onde ouviram o Te-Deum mandado celebrar por aquela câmara. Recolhendo-se depois ao Paço receberão SS. MM. II. as respeitosas homenagens de todas as pessoas, que têm tido a honra de acompanhá-los desde o ponto do desembarque: depois do que jantarão SS. MM. as 9 da noite e forão repousar. À meia noite SS. MM. II. ouvirão missa na capella do palácio, celebrada pelo seu capellão. (“RELATORIO” 1860, p. 2. Grifos nossos).

Já no primeiro dia de sua chegada D. Pedro II e a Imperatriz participaram de uma série de ritos e homenagens. Percebemos que a Câmara Municipal da Cidade da Paraíba teve um papel simbólico relevante ao entregar a “chave” do município para o monarca. Assim todos os habitantes, sobretudo as autoridades locais e provinciais, deveriam se dedicar a esta tarefa “honrosa” de recebê-los.

Antes de seguir viagem até a vila de Pilar, o Imperador – acompanhado por sua comitiva, pelo presidente de província Ambrósio Leitão, além de outras autoridades – visitou o Engenho de São João, localizado no atual município de Santa Rita, cujo proprietário era o coronel José Teixeira de Vasconcelos (“RELATORIO” 1860, p. 2), caracterizado por Maurílio de Almeida como um “senhor de engenho inculto e generoso” (ALMEIDA, 1982, p. 16). Apesar de não ter exercido nenhum cargo político relevante fora da província da Paraíba, pouco tempo após a visita de D. Pedro II, mais especificamente em março de 1860, José Teixeira foi agraciado com o título de Barão de Maráu. A análise de seu testamento e inventário, publicado por Adauto Ramos (2010), nos mostra o grande poder aquisitivo que possuía. Quando faleceu, no ano de 1873, o Barão de Maráu deixou para seus herdeiros, dentre outros bens, mais de 15 propriedades e 44 escravos (RAMOS, 2010). O título de Barão conferia ao signatário um poder mais simbólico do que efetivo e era sinônimo de distinção, honra e prestígio, características apreciadas e almejadas por muitos no Império brasileiro (GRAHAM, 1997).

Tendo em vista a importância dos laços de parentesco na configuração política da província da Paraíba – como demonstrou Linda Lewin (1993) e, em um trabalho mais recente, Serioja Mariano (2013)¹⁰ – é relevante mencionar que o conservador José Teixeira de Vasconcelos se casou com Dona Francisca Antonieta Monteiro da Franca, filha do Capitão Mor Francisco Xavier Monteiro da Franca e um dos principais fundadores do Partido Liberal na Paraíba durante o período regencial (MARIZ 1980 [1922], p. 143). José Teixeira e a futura baronesa de Maráu tiveram onze descendentes e uma de suas filhas, a Silvana Antoniêta, foi casada com o seu tio Major Antônio Xavier Monteiro da Franca (RAMOS, 2010, p. 4). Tais arranjos eram importantíssimos para selar alianças entre as famílias da elite e até mesmo para aproximar representantes de partidos opositores, como demonstra o caso mencionado. A associação através do matrimônio foi, desde o período colonial, uma das principais estratégias utilizadas pelos

¹⁰ O trabalho de Mariano é fruto de sua Tese de Doutorado defendida em 2005.

membros da elite para a manutenção e perpetuação do poder político e econômico (MARTINS, 2007a).

Assim como José Teixeira de Vasconcelos, Flávio Clementino da Silva Freire foi nomeado Barão no ano de 1860, pouco tempo depois de ter hospedado o Imperador (MELO, 1984, p. 94). O Barão de Mamanguape – nome dado em homenagem à sua cidade de origem – era um homem instruído, formado na Faculdade de Olinda em 1840 e, ao contrário de seu companheiro partidário, alcançou postos elevados no âmbito do governo central (LEITÃO, 1978). Além de assumir várias vezes o cargo de deputado geral ele conseguiu chegar ao Senado vitalício, onde permaneceu de 1869 até 1889. Os outros três – o fazendeiro Estevam da Rocha, Silvino Elvídio Carneiro da Cunha e Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque – se tornaram nobres após o ano de 1870 (MELO, 1984), período posterior ao término da Guerra do Paraguai (1864-1870) e momento em que a campanha abolicionista e os ideais republicanos ganhavam mais força.

Outro aspecto que buscamos observar foi a filiação partidária dos indivíduos mencionados. Através das leituras e das fontes primárias pesquisadas podemos concluir que todos os cinco titulares pertenciam ao Partido Conservador da província da Paraíba (O *Publicador*, ano 1864, números 450 e 456; ALMEIDA, 1982, p. 119-120). Diante desses dados podemos perceber o poder dos conservadores na província da Paraíba. Observamos também que nos anos de 1860, 1871 e 1888, em que houve a concessão de título nobiliárquico para os indivíduos estudados, a Assembleia Legislativa Geral era composta, majoritariamente, por conservadores (CARVALHO, 2011[1980], p. 407). Além do pertencimento partidário, procuramos também analisar a formação educacional deste grupo da elite paraibana: será que a formação superior contribuiu, de fato, para que alguns dos sujeitos mencionados chegassem a ocupar cargos mais elevados? Buscaremos a partir de agora problematizar a referida questão.

Ao falarmos na formação da elite brasileira no período imperial, não podemos deixar de mencionar o estudo de José Murilo de Carvalho (2011 [1980]). Uma das principais ideias defendidas pelo autor é de que a elite política imperial possuía um caráter ideológico homogêneo, uma vez que seus componentes obtiveram uma formação superior com ênfase na formação jurídica e um treinamento profissional muito semelhante. Esta unificação, segundo ele, contribuiu para a manutenção da integridade do Império e para “[...] a construção de um governo civil estável” (CARVALHO, 2011 [1980], p. 21). Através da leitura das obras de Apolônio Nóbrega (1964) e de Deusdedit Leitão (1978) pudemos identificar algumas características comuns na formação do grupo estudado: dos cinco nobres analisados três estudaram na Faculdade de Direito de Olinda, fundada no ano de 1827 e transferida em 1854 para Recife (VARGAS, 2010, p. 82). Apenas José Teixeira de Vasconcelos (futuro Barão de Marauá) e Estevam da Rocha (mais tarde Barão de Araruna), até onde sabemos, não cursaram nenhuma instituição de ensino superior. Apesar da pesquisa ainda se encontrar em andamento, percebemos que eles também foram os únicos que não exerceram cargos políticos fora das fronteiras provinciais. Ao contrário dos demais, José Teixeira e Estevam da Rocha não conseguiram chegar até o governo central seja como deputado geral, senador ou ministro do Império. Silvino Elvídio Carneiro da Cunha não ocupou nenhum destes três

cargos, mas circulou por diversas províncias do Império na qualidade de presidente provincial (LEITÃO, 1978, p. 112-114).

As Faculdades de Direito devem ser pensadas neste contexto como espaços de sociabilidade extremamente relevantes. Nesses locais os alunos não estudavam apenas Direito Natural, Economia Política e tantas outras disciplinas, mas acabavam construindo também fortes laços de amizade que, em vários casos, poderiam se transformar em alianças políticas, como afirma Jonas Moreira Vargas “nesta época, as discussões e debates políticos eram intensos e muitos filhos das elites de todo o Brasil acabavam se conhecendo” (2010, p. 48). Assim, as chances de entrar em contato com figuras influentes de outras províncias eram bem maiores do que entre os membros da elite que não saíam dos arredores de seus municípios, como o Barão de Marau e o Barão de Araruna. Afirmar que ambos não ocuparam altos postos, não implica dizer que eles eram pouco influentes localmente. Por meio de análises documentais e da bibliografia sobre esses homens, percebemos que eles gozavam de relativo poder político, exercendo, por exemplo, o posto de comandante da Guarda Nacional, além de um enorme poder econômico. Eles tinham inúmeras propriedades, dentre elas vários engenhos, localizadas, majoritariamente, nos municípios onde nasceram ou em que residiam (“RELATORIO” 1860, p. 2; ALMEIDA, 1978; RAMOS, 2010). Salta aos olhos a informação de que o Barão de Araruna, ao falecer, deixou para seus herdeiros cerca de 70 propriedades, concentradas principalmente no município de Bananeiras (ALMEIDA, 1978, p. 161). Agora, voltemos à Faculdade de Direito de Olinda.

Para ilustrar o que estamos afirmando sobre o espaço acadêmico enquanto local privilegiado de interações, podemos citar o caso de dois paraibanos muito atuantes no cenário político, principalmente, a partir da segunda metade do século XIX. São eles: Anísio Salatiel Carneiro da Cunha¹¹ e um dos nobres estudados Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, ambos formados na Faculdade de Direito em Olinda no ano de 1852 (NÓBREGA, 1964). Não sabemos informar se eles já se conheciam anteriormente, é provável que sim, mas os vários anos juntos na mesma faculdade sem dúvida contribuíram para estabelecer ou estreitar os laços entre estes dois homens. No ano de 1864 ambos, juntamente com o Barão de Mamanguape, disputaram as eleições para deputado geral pelo 1º distrito da Paraíba, defendendo juntos os interesses de seus partidários. No entanto, os conservadores acabaram perdendo para os liberais progressistas representados por Felinto Henriques de Almeida, padre Lindolfo José Corrêa das Neves e José da Costa Machado (*O Publicador*, 08 de março de 1864, número 450, p. 4). Vale a pena salientar que na legislatura geral anterior (1861-1863) os dois colegas, Anísio Salatiel e Diogo Velho e também o Barão de Mamanguape haviam obtido maior êxito.

Levando em consideração que uma parcela bastante restrita da população tinha acesso à educação institucionalizada, os membros da elite, muitas vezes, assumiam cargos relacionados ao ensino público. Até o momento identificamos, através das fontes

¹¹ Anísio Salatiel Carneiro da Cunha era irmão de Silvino Elvídio (futuro Barão de Abiaí). Ambos eram filhos do Comendador Manoel Florentino Carneiro da Cunha e de Rita Maria da Mota (NÓBREGA, 1964, p. 34; LEITÃO, 1978, p. 94 e 111). Manoel foi um dos principais fundadores do Partido Conservador na Paraíba na década de 1830.

analisadas, que dois, dentre os homens estudados, ocuparam o cargo de diretor de instrução pública do Liceu. Essa instituição, de ensino secundário, foi estabelecida na Paraíba no ano de 1836 e desempenhou um papel fundamental na formação das elites dirigentes da província (FERRONATO, 2012).¹² Tanto Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque (futuro Visconde de Cavalcanti) quanto Silvino Elvídio Carneiro da Cunha (futuro Barão de Abiaí) aparecem em 1861 e 1868, respectivamente, como diretores de instrução pública do Liceu Parahybano.

Após estas considerações, é importante dizer que o diploma de bacharel, apesar de ser um distintivo e “condição quase *sina qua non* para os que pretendessem chegar até os postos mais altos” (CARVALHO, 2011 [1980], p. 125), ele por si só não garantia que um político chegasse a ocupar um cargo junto ao governo central. Como demonstra Maria Fernanda Martins, em seu artigo sobre a trajetória do Visconde do Cruzeiro (2007b), as redes¹³ de sociabilidade e de parentesco eram partes fundamentais do processo de ascensão política e quanto mais amplas, maiores eram as chances de se obter sucesso. Para elucidar o que foi dito, é relevante analisar mais de perto a trajetória do citado Diogo Velho, uma vez que ele foi um dos poucos paraibanos a circular nos mais importantes espaços formais de poder do Império. De promotor público a senador e conselheiro de Estado, o bacharel obteve o que Carvalho chamou de um treinamento típico da elite política nacional brasileira (CARVALHO, 2011 [1980], p. 121). No percurso até o topo da hierarquia, Diogo Velho estabeleceu alianças familiares e políticas que foram essenciais para sua ascensão.

Diogo Velho, nascido em Gurinhém no ano de 1829, era filho de Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque e de Ângela Sofia Cavalcanti de Albuquerque (LEITÃO, 1978, p. 96). Em tom enaltecedor, Maurílio Augusto de Almeida – vinculado à historiografia tradicional e ao IHGP¹⁴ – descreve o Visconde como um “admirável político” e “estadista honrado” (ALMEIDA, 1977, p. 32). Destacando sua atuação enquanto homem público, o referido autor não tem como foco as relações familiares e pessoais estabelecidas pelo mesmo ao longo de sua vida. Sabemos através de seu inventário que ele teve dois filhos legítimos, Fernando e Stella (Marquesa de Machanglase), com sua esposa Amélia Machado (Inventário do Visconde de Cavalcanti, 26 de junho de 1899).

A família Cavalcanti de Albuquerque é proveniente de Pernambuco e desde o período colonial brasileiro seus membros ocupavam cargos de relevo, como o de Capitão-mor e o de vereador (MARTINS, 2007a).¹⁵ Com o passar do tempo e com a efetivação de alianças, a referida família estendeu seu poder de influência para outras áreas, incluindo a capitania/província da Paraíba. Diogo Velho possuía assim, um dos

¹² A partir da promulgação do Ato Adicional em 1834, tanto o ensino primário quanto o secundário ficaram sob a responsabilidade do governo provincial (DOLHNIKOFF, 2005).

¹³ “A noção de rede é entendida como a representação das interações contínuas das diferentes estratégias individuais” (MARTINS, 2007a, p.432).

¹⁴ É válido lembrar que Diogo Velho foi um dos mais referenciados políticos do Império nas Revistas do IHGP analisadas (anos de 1909 a 2000).

¹⁵ O estudo de Linda Lewin (1993) demonstra que o poder dos Cavalcanti de Albuquerque se estendeu até o período republicano.

pré-requisitos básicos para ingressar com mais facilidade no mundo da política que era a influência e o prestígio familiar.¹⁶

Sabemos que Diogo Velho Cavalcanti tinha contato com a também influente família Carneiro da Cunha, que permaneceu na direção do Partido Conservador da Paraíba desde a sua criação, na década de 1830, até meados dos anos 1880 (MARIANO, 2013, p. 13). Como já foi mencionado anteriormente, ele e Anísio Salatiel Carneiro da Cunha – filho do Comendador Manoel Florentino Carneiro da Cunha – frequentaram no mesmo período a Faculdade de Direito de Olinda. Depois do término do curso, em 1852, os dois assumiram juntos os cargos de deputado provincial na legislatura compreendida entre 1856-1857 (MARIZ, 1987 [1946], p. 40-41) e, posteriormente, o de deputado geral no início da década de 1860 (MARIZ, 1980 [1922], p. 155). É importante dizer que nos anos de 1860 o futuro Visconde já estava morando no Rio de Janeiro, sede do governo central e palco privilegiado de encontro entre políticos de diversos pontos do Império.

Outras informações encontradas no decorrer da pesquisa nos levam a crer que essas famílias – representantes do Partido Conservador na província da Paraíba – possuíam uma ligação para além do campo político. A aliança através de uniões matrimoniais entre os Bezerra Cavalcanti, umas das ramificações familiares dos Cavalcanti, e os Carneiro da Cunha ilustra bem o que foi dito anteriormente. Ana Maria Carneiro da Cunha e seu sobrinho Silvino Elvídio casaram-se, respectivamente, com Leonardo Bezerra Cavalcanti e Augusta Bezerra Cavalcanti (CUNHA, 1968, p. 157; CUNHA, 1969, p. 27).

O estabelecimento de laços por meio do apadrinhamento também foi uma prática bastante comum no Brasil imperial. No ano de 1849, por exemplo, a menina Anna, filha de Geraldo Bezerra Cavalcanti e Maria da Conceição Marques, foi batizada na Matriz de Nossa Senhora das Neves na presença de seu padrinho Joaquim Manoel Carneiro da Cunha e de sua madrinha Maria Manoela da Conceição (Banco de Dados da Freguesia de Nossa Senhora das Neves/Parahyba, 1833-1860). Mesmo com a ligação existente entre os Cavalcanti e os Carneiro da Cunha, os conflitos entre as duas famílias se faziam presentes. O relatório a seguir, do então presidente interino Frederico de Almeida e Albuquerque, revela a existência de uma relação de hostilidade entre o Tenente Coronel Manoel Florentino Carneiro da Cunha – pai de Silvino Elvídio (futuro Barão de Abiaí) – e o Coronel Estevão Cavalcanti de Albuquerque, ambos homens abastados:

[...] O coronel Estevão Cavalcanti de Albuquerque morador do termo da Villa d'Alhandra, soffrera, indo de viagem para a Povoação Pedras de Fogo, hum tiro do qual ficara ferido por alguns caroços de chumbo, e isto em um lugar denominado – Cruz das Almas – pertencente a Província de Pernambuco mas mui próximo dos limites entre esta e aquella Província, e tendo justo motivos para receiar, que d'quelle acontecimento se poderião seguir consequências, que por ventura concorrerião para alterar o socêgo e tranquilidade dos habitantes d'aquelle Termo, visto a inimidade em

¹⁶ Ao analisar o Relatório do Ministério da Justiça do ano de 1875, dirigido na época por Diogo Velho, observamos que havia membros da Família Cavalcanti de Albuquerque exercendo cargos políticos localmente importantes no Rio Grande do Sul e no Pará (“JUSTICA”. Ano: 1875, p. 9 e 21).

gráo mui subido e exagerado que existe entre o ofendido e o Tenente Coronel Manoel Florentino Carneiro da Cunha, ambos proprietários abastados, ordenei ao Chefe de Policia, que sem perda de tempo, se dirigisse à Villa D'Alhandra, marchando à sua disposição uma força de trinta praças, com o fim não só de fazer descobrir e capturar os autores do delicto, como principalmente de obstar qualquer desordem (“EXPOSICAO”/Relatório, ano: 1851, p. 5. Grifos nossos).

Apesar de não saber quem foram “os autores do delicto” contra o Coronel Cavalcanti de Albuquerque, o então chefe do poder executivo na província, deixa a impressão de que Manoel Florentino poderia estar envolvido no atentado. Seu discurso demonstra a preocupação de que o caso em questão tome maiores proporções, pois a inimizade entre os dois proprietários, o “ofendido” e Manoel Florentino, se revela “em gráo mui subido e exagerado”. Diante desta situação, a autoridade provincial ordenou ao chefe de polícia que enviasse para Alhandra uma força de trinta praças. Até o momento não encontramos nas fontes pesquisadas o motivo da rixa, mas o fato ocorrido é interessante para percebermos que as alianças efetivadas, no campo político e também pessoal, entre as duas importantes famílias conservadoras da província não garantiam a inexistência de sérios desentendimentos entre alguns de seus membros.

Vimos até aqui que Diogo Velho se relacionava com outros membros da elite paraibana, fator fundamental para se chegar ao poder no âmbito provincial. No entanto, para alcançar cargos mais elevados, como o de ministro e de conselheiro de Estado, foi necessário que ele estabelecesse vínculos com pessoas influentes em outros pontos do território brasileiro e, assim, expandisse sua rede de sociabilidade. Ele foi casado com Amélia Machado de Coelho e Castro (Inventário do Visconde de Cavalcanti, 26 de junho de 1899), nascida no Rio de Janeiro e proveniente de uma família abastada. Na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano do ano de 1946, Veiga Júnior exalta a beleza e as qualidades da Viscondessa de Cavalcanti:

Foi D. Amélia Machado de Coelho e Castro [...] uma das damas mais notáveis do Rio de Janeiro. Pelo seu vivíssimo talento, pela sua ilustração, pela sua impressionante beleza fisionômica de clássicas linhas gregas, pela elegância natural de seu porte, pelo bom gosto apurado e luxuoso do seu vestir, pelas condições favoráveis de sua fortuna e pela sua bondade proverbial, tinha todas as condições para ser uma das primaciais figuras femininas de seu tempo, para presidir, com o máximo prestígio, a um povoado e frequentado salão (VEIGA JUNIOR, 1946, p. 88).

O trecho, além de nos mostrar o estilo de abordagem predominante no IHGP, revela as características apreciadas em uma mulher pertencente aos grupos dominantes. E mais uma vez é válido enfatizar a importância da união matrimonial entre pessoas da elite enquanto uma estratégia para manter e perpetuar o poder político e econômico. O Barão de Mamanguape, que assim como Diogo Velho ocupou o cargo de Senador, casou-se também com uma mulher também proveniente do Rio de Janeiro. É interessante observar tal aspecto, pois não parece mera coincidência que, dentre os cinco homens estudados, os dois únicos que estabeleceram alianças matrimoniais com pessoas

de fora da província da Paraíba, tenham alcançado um dos mais altos cargos políticos. Não queremos estabelecer aqui uma análise causal, até porque não sabemos a data exata do casamento de ambos os sujeitos e, assim, não podemos afirmar se eles assumiram os postos antes ou depois da união. Mas, sem dúvida, isso demonstra que manter contato com os membros das elites de outras províncias, sobretudo no Rio de Janeiro, era fundamental para expandir seu poder de influência.

Sabemos que o Visconde e o Imperador tinham uma boa relação, pois – além de ter sido escolhido por D. Pedro II como membro do Conselho de Estado – ele foi um dos principais organizadores, no papel de Comissário do Brasil (VEIGA JUNIOR, 1946, p. 89), do estande brasileiro na Exposição Universal de Paris, ocorrida em 1889, um pouco antes do fim do Império. Foi, inclusive, depois de ser aconselhado por Cavalcanti e Eduardo da Silva Prado, que o monarca decidiu participar do grande evento, que reunia nações de várias partes do mundo (SCHWARCZ, 1998, p. 592).

Tendo em vista a pesquisa realizada, podemos concordar, em parte, com José Murilo de Carvalho (2011 [1980]) quando este argumenta que possuir o diploma, principalmente o de bacharel, era um dos critérios para pertencer à elite política nacional. Apesar de o grupo estudado ser bastante reduzido, pudemos perceber que apenas dois entre os cinco indivíduos analisados não tinham formação superior. Foram eles o Barão de Marau e o Barão de Araruna, homens poderosos economicamente, mas que não ocuparam cargos políticos importantes fora das fronteiras da província da Paraíba. Além da formação superior, as redes de sociabilidade desempenharam um papel fundamental na ascensão política e também social dos sujeitos analisados. Nesse sentido, as uniões matrimoniais serviram, muitas vezes, para consolidar o poder político e econômico desses sujeitos. Tal prática, inclusive, pode ser vista como pertencente à cultura política da época. Para exemplificar o que foi dito, mencionamos o caso de Diogo Velho Cavalcanti, um dos poucos políticos da província da Paraíba que conseguiu circular no interior dos mais importantes espaços de poder institucionalizados do Império.

REFERÊNCIAS

Fontes

Banco de Dados da Freguesia de Nossa Senhora das Neves/Parahyba (CD-ROM), 1833-1860. Resultado da Pesquisa do Projeto “Gente Negra na Paraíba Oitocentista: redes sociais e arranjos familiares”, coordenado pela Prof. Dra. Solange P. Rocha (DH/PPGH/NEABI). PIBIC/CNPq/PRPG/UFPB-2009-2011.

Relatórios dos Presidentes de Província. *Center for Research Libraries, Provincial Presidential Reports (1830-1930)*. Anos: 1851, 1860 e 1861. Disponível em Paraíba: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/para%C3%ADBa>. Acesso: 18 de fevereiro de 2014.

Relatório do Ministério da Justiça. *Center for Research Libraries, Ministerial Reports (1821-1960)*. Ano: 1875. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/ministerial>. Acesso: 20 de julho de 2014.

Inventário do Diogo Velho Cavalcanti, 26 de junho de 1899. Arquivo Maurílio de Almeida.

Jornal O *Publicador*. Ano: 1864. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso: 19 de julho de 2014.

Bibliografia

ALMEIDA, Horácio de. **História da Paraíba**. 2^o edição. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1978.

ALMEIDA, Maurílio Augusto de. **Presença de D. Pedro II na Paraíba**. 2^a ed. João Pessoa: Vozes, 1982. O autor organiza sua análise sobre a Paraíba em torno da viagem de D. Pedro II, no ano de 1859, à referida província.

_____. **Diogo Velho, Em Síntese** (Diogo Cavalcanti de Albuquerque, Visconde de Cavalcanti). João Pessoa: [s.n.], 1977.

_____. **O Barão de Araruna e sua prole**. João Pessoa: [s.n.], 1978.

AZEVEDO, Aluísio. **O Cortiço**. São Paulo: Martin Claret. 2006 [1890].

BERNSTEIN, Serge. A Cultura Política. In RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François. **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998, p. 349-364.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da Ordem: a elite política imperial; Teatro das de sombras: a política imperial**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011 [1980].

COUTINHO, Marcus Odilon Ribeiro. MELO. A Paraíba teve apenas um Visconde. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano**, João Pessoa, n. 32, 2000, p. 129-131.

CUNHA, Olivina Olívia da. Comendador Joaquim Manoel Carneiro da Cunha. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico**, João Pessoa, v. 16, n. 16, 1968, p.157-160.

_____. Joaquim Manoel Carneiro da Cunha e o asilo de mendicidade. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano**, João Pessoa, n. 17, 1969, p. 27-30.

DIAS, Margarida Maria Santo. **Intrépida AB Origine: O Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e a Produção da História Local**. João Pessoa: Almeida Gráfica, 1996.

DOLHNIKOFF, Miriam. **O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX**. São Paulo: Globo, 2005.

FERRONATO, Cristiano de Jesus. **Das aulas avulsas ao Lyceu provincial: as primeiras configurações da instrução secundária na Parahyba do Norte (1836-1884)**. Tese de doutoramento em Educação, João Pessoa: UFPB/PPGE, 2012.

GRAHAM, Richard. **Clientelismo e Política no Brasil do Século XIX**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

HEINZ, Flávio M. (Org.) **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

LEWIN, Linda. **Política e Parentela na Paraíba**: um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Tradução: André Villalobos. Rio de Janeiro: Record, 1993.

LEITÃO, Deusdedit. **Bacharéis paraibanos pela Faculdade de Olinda (1832-1853)**. João Pessoa: A União, 1978.

MARIANO, Serioja Rodrigues C. **Gente Opulenta e de Boa Linhagem**: família e relações de poder na Paraíba (1817-1824). João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.

MARIZ, Celso. **Memória da Assembléia Legislativa**. João Pessoa: A União, 1987 (1946).

_____. Os partidos políticos da monarquia. In: Mariz, Celso. **Apanhados históricos da Paraíba**. 2. ed. João Pessoa: Editora universitária/UFPB, 1980 [1922], p. 139-173.

MELO, Oswaldo Trigueiro de A. O Visconde de Cavalcanti. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano**, João Pessoa, v. 23, 1984, p. 93-111.

MARTINS, Maria Fernanda. Os Tempos de Mudança: elites, poder e redes familiares, séculos XVIII e XIX. In: FRAGOSO, João Luis R., ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de, SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. (Orgs.). **Conquistadores e Negociantes**: história de elites no Antigo Regime nos trópicos. América Lusa, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007a, p. 403-434.

_____. O círculo dos grandes: Um estudo sobre política, elites e redes no segundo reinado a partir da trajetória do visconde do Cruzeiro (1854-1889). **Revista de História**. Juiz de Fora, v. 13, n. 1, 2007b, p. 93-122. Disponível em: <http://www.ufjf.br/locus/files/2010/02/53.pdf>. Acesso: 21 de fevereiro de 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (org.). **Culturas Políticas na História**: Novos Estudos. Belo Horizonte: Argumentum/FAPEMIG, 2009, p. 13-37.

NÓBREGA, Apolônio. Bacharéis paraibanos de Olinda e Recife (1832-1960). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, v. 262, jan/mar. de 1964, p. 5- 240.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As Barbas do Imperador**: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

STONE, Lawrence. Prosopografia. In: **Revista de Sociologia e Política**. V. 19, n. 39. Jun. 2011, p. 115-137. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/rsp/article/view/31689/20209>. Acesso: 15 de fevereiro de 2014.

VARGAS, Jonas Moreira. **Entre a paróquia e a corte**: os mediadores e as estratégias familiares da elite política do Rio Grande do Sul (1850-1889). Santa Maria: UFSM, 2010.